



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640157 - SP (2021/0013511-3)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : ANA PAULA DA SILVA
ADVOGADO : ANA PAULA DA SILVA - SP401560
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : R G C DE J (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de R G C DE J em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2283396-56.2020.8.26.0000).

A paciente encontra-se internada provisoriamente **desde 10/11/2020** pela prática em tese de ato infracional equiparado ao crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos da internação provisória, ao argumento de que a quantidade de droga apreendida - 16 porções de maconha com o peso de 73,54g - e o fato do ato infracional ser análogo a crime equiparado a hediondo, apenas, não justificam a medida excepcional.

Afirma, ademais, que a adolescente, de 15 anos de idade, possui família estruturada e que eventual condenação no procedimento de apuração de ato infracional não lhe renderá a medida socioeducativa de internação.

Requer, liminarmente, a liberação da paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a medida liminar.

É, no essencial, o relatório.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, **com urgência**, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao Juízo de primeiro grau, **sobretudo acerca da internação provisória da paciente e do processo de apuração de ato infracional instaurado em seu desfavor.**

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência